

Termo de Referência 21/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2025	153063-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA/PA	BRUNNA NEGRAO DA CONCEICAO	26/03/2025 09:54 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23073.065832 /2024-07

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais/ morte acidental, invalidez permanente parcial ou total por acidente, despesas médicas hospitalares e odontológicas nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD VIDAS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL/MÊS	VALOR TOTAL/ AI
1	Seguro coletivo contra acidentes pessoais/ morte acidental, invalidez permanente parcial ou total por acidente, despesas médicas hospitalares e odontológicas	30142	VIDA/MÊS	20.000	R\$ 0,84	R\$ 16.800,00	R\$ 201.600,

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 Dentro do prazo de vigência do objeto da contratação e mediante solicitação formal da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as atividades a serem cobertas pelo seguro são rotineiras e contínuas, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 34621748000123-0-000001/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

III) Id do item no PCA: 153063-1033/2024;

IV) Identificador da Futura Contratação: 153063-1033/2024;

V) Nº do Documento de Formalização da Demanda (DFD): 791/2024

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade

4.1.1 A contratada deverá atender no que couber aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746/2012 e aos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, que devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.2 A contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;*
- b) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;*
- c) Destinação adequada dos resíduos.*

4.1.3 Todos os documentos tramitados entre contratante e contratada deverão, prioritariamente, apresentar-se no formato digital (com assinatura digital válida), precavendo contra os impactos ambientais criados com a produção e uso de papel.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 Na presente contratação não se aplica a indicação de marca, característica ou modelo, uma vez que o serviço de seguro de vida não é um produto tangível.

4.3 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3.1 Na presente contratação não se aplica a vedação de utilização de marca/ produto, uma vez que o serviço de seguro de vida não é um produto tangível.

4.4 Da exigência de carta de solidariedade

4.4.1 Na presente contratação não se aplica a exigência de carta de solidariedade, uma vez que o serviço de seguro de vida não é um produto tangível.

4.5 Da proibição do Nepotismo

4.5.1 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação, pela CONTRATANTE, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da CONTRATANTE.

4.5.2 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por -consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante /STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.5.3 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução do serviço objeto desse contrato, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6 Das obrigações pertinentes à LGPD

4.6.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.6.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

4.6.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.6.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

4.6.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.6.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.6.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

4.6.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.6.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.6.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.6.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.6.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

4.6.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

4.7 Subcontratação

4.7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8 Garantia da Contratação

4.8.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.8.2 A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.8.3 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.8.4 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.8.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.8.6 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.8.7 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.8.8 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8.10 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.11 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.8.12 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.8.13 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.8.14 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.8.15 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.8.16 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.8.17 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.8.18 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.8.19 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.8.20 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.8.21A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.8.22 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.8.23 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.8.24 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

4.8.25 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

4.8.26 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.8.27 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.8.28 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.8.29 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.9 Vistoria

4.9.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.10 Instalação de escritório

4.10.1 Não há a necessidade de instalação de escritório para execução dos serviços contratados, uma vez que o serviço prestado não é tangível e pode ser prestado de modo virtual. Há a necessidade de um preposto disponível para atendimento, necessidade esta que será descrita mais adiante.

5. Modelo de execução do objeto

5.1 Condições de Execução

5.1.1 Início da execução do objeto: a contar da data da assinatura do contrato, o qual terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até o limite máximo definido em lei.

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1 Os serviços serão prestados em todos os 12 campi, 16 institutos, 9 núcleos, 2 escolas técnicas e 1 escola de aplicação, 2 hospitais universitários e 1 hospital veterinário, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar - ETP, bem como nos locais fora da universidade onde os discentes estiverem exercendo suas atividades acadêmicas/ desportivas, incluindo viagens nacionais e internacionais, 24h por dia.

5.3 Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- a) Cronograma de realização dos serviços: A vigência da apólice coletiva coincidirá com a vigência do contrato a ser celebrado com a contratante da presente licitação;
- b) A UFPA enviará a lista de vidas para inclusão no seguro até o dia 25 de cada mês. Após receber e analisar a lista enviada por e-mail, a seguradora a validará em até 2 (dois) dias úteis, e a partir desta confirmação, os estudantes constantes na listagem já estarão segurados.
- c) Até o primeiro dia útil do mês subsequente, a seguradora deverá encaminhar a fatura, os certificados individuais, as certidões e demais documentações necessárias para abertura do processo de pagamento.
- d) Por questões de ordem técnica ou por inclusão de estudante após o envio da relação de vidas mensais, é possível que determinados estudantes não constem na relação de vidas enviada. Contudo, os discentes matriculados na UFPA e/ou estudantes de outras instituições de ensino, desenvolvendo atividades acadêmicas/ desportivas na Universidade, serão automaticamente abrangidos pelo seguro em caso de sinistro, ainda que não presentes na relação de vidas encaminhada à seguradora contratada. No entanto, entrarão na lista do mês seguinte para faturamento.
- e) É obrigatória a disponibilização de canais de atendimento 24 horas, como telefone 0800 e endereço de e-mail, para que os segurados possam registrar a ocorrência de sinistro.

5.3.2 Não haverá carência, exceto em caso de suicídio ou sua tentativa, nos termos do artigo 798 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e Resolução CNSP Nº 439, de 04 de julho de 2022.

5.4 Coberturas

5.4.1 O seguro objeto da presente contratação contemplará as seguintes coberturas:

- a) Morte Acidental (MAC): Garantido aos beneficiários o pagamento do capital segurado individual contratado - para essa cobertura, em caso de falecimento decorrente, exclusivamente, de acidente pessoal coberto pelo seguro.
- b) Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA): Garantido ao próprio segurado, em caso de invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, o pagamento de uma indenização limitada ao valor do Capital Segurado Contratado, caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada

por acidente pessoal coberto, mediante comprovação por meio de laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação.

c) Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O): Garantindo cobertura das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente até o limite do Capital Segurado Contratado.

d) Garantias adicionais:

- i. *Assistências especiais: Em todos os casos de acidentes ocorridos, nas dependências ou não da Contratante, e desde que o segurado esteja desenvolvendo as atividades descritas na cláusula primeira do presente termo de referência, haverá prestação das seguintes assistências quando houver recomendação médica, que deverão ser acionadas através de Central de Atendimento 0800.*
- ii. *Transporte: Em caso de acidente pessoal coberto em que seja impossível a locomoção do segurado, por recomendação médica, e desde que o afastamento seja superior a 05 (cinco) dias úteis, a Contratada providenciará transporte de ida e volta nas seguintes situações:*
- iii. *Entre Residência e Local de Estágio: o limite máximo de reembolso será de até R\$ 30,00 (trinta) reais por dia, por no máximo, 30 (trinta) dias. Entre Residência e a Clínica ou Hospital para Tratamento Fisioterápico: o limite máximo de reembolso será de R\$30,00 (trinta) reais por dia, até no máximo de 20 (vinte) sessões. Deverá ser apresentado o pedido médico das sessões fisioterápicas.*
- iv. *Remoção Hospitalar: Em caso de acidente pessoal coberto, em que o segurado for hospitalizado e necessitar de remoção para hospital tecnicamente capacitado, desde que haja a justificativa do médico assistente atestando que o hospital em que se encontra é tecnicamente inadequado, a Contratada se responsabilizará pela transferência do segurado para o hospital adequado mais próximo, desde que o quadro clínico se encontre estabilizado, através de meio de transporte no qual a junta médica, em acordo com o médico que atende o segurado, considere mais apropriado, seja por ambulância, carro simples, avião comercial, (quando permitido pelas companhias aéreas disponíveis e devidamente equipados com aparelhagem médica auxiliar) ou avião UTI (Unidade de Terapia Intensiva).*
- v. *Retorno a Domicílio após Alta Hospitalar, em caso de acidente pessoal coberto: Em caso de o segurado, após ter recebido alta hospitalar, não se encontrar em condições de retornar ao seu domicílio (residência habitual) como passageiro regular, a Contratada providenciará o retorno do segurado pelo meio de transporte mais adequado. O serviço deverá incluir a organização da viagem de retorno com coordenação no embarque e na chegada, com a infraestrutura adequada ao meio de transporte eleito, através de complementação tecnológica da aparelhagem médica necessária (montagem de UTI, quando necessária) e acompanhamento médico e/ou de enfermeira, ambulâncias, UTI móvel, quando necessário.*
- vi. *Tratamento Fisioterápico: Em caso de acidente pessoal coberto, e após a alta hospitalar, se houver a necessidade de tratamento fisioterápico, devidamente comprovado através de laudo médico, será proporcionado ao segurado o atendimento de 20 (vinte) sessões fisioterápicas, por evento, limitando-se ao valor de R\$ 20,00 (vinte) reais cada.*

5.5 Capital segurado:

QUADRO RESUMO DAS COBERTURAS INDIVIDUAIS	

<i>Morte Acidental</i>	<i>R\$ 14.300,00</i>
<i>Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente</i>	<i>R\$ 14.300,00</i>
<i>Despesas Médico/hospitalares e odontológicas</i>	<i>R\$ 4.300,00</i>

5.5.1 *Em todos os casos de acidentes ocorridos nas dependências da Contratante, ou fora delas, haverá a prestação das assistências.*

5.5.2 *As assistências especificadas nos subitens deverão ser acionadas através de Central de Atendimento 0800;*

5.5.3 *Em caso de acidente pessoal coberto pelo seguro em que seja necessária a locomoção do Segurado, por recomendação médica, e desde que o afastamento seja superior a 5 (cinco) dias úteis, a Contratada providenciará transporte de ida e volta nas seguintes situações;*

5.5.4 *Entre residência e a universidade: Limite máximo de reembolso será de R\$ 30,00 reais por dia, por no máximo 30 dias;*

5.5.5 *Remoção Hospitalar (remoção médica por ambulância): Em caso de acidente pessoal coberto pelo seguro, o segurado for hospitalizado e necessitar de remoção para hospital tecnicamente capacitado, desde que haja a justificativa do médico assistente atestando que o hospital em que se encontra é tecnicamente inadequado, a Contratada se responsabilizará pela sua transferência para o hospital mais próximo, seja por ambulância, carro simples, avião comercial quando permitido pelas companhias aéreas disponíveis (devidamente equipadas, com aparelhagem médica auxiliar) ou avião UTI (Unidade de Terapia Intensiva);*

5.5.6 *A Universidade Federal do Pará, a qualquer tempo, poderá substituir, excluir e /ou incluir o(s) beneficiário(s) do seguro, dependendo da demanda desta instituição. Isto será efetuado na relação de vidas mensais a ser encaminhada à seguradora.*

5.6 Da documentação em caso de recebimento do capital:

5.6.1 *Tendo em vista a Lei da desburocratização, Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, Art. 3º, Incisos X e XIII, os documentos a serem exigidos aos beneficiários nos casos de ressarcimento das despesas com sinistro, são os seguintes (de acordo com cada caso):*

- a) Cópias simples do CPF do segurado;*
- b) Solicitações médicas, laudo médico, resultados de exames e as cópias simples dos comprovantes de despesas médicas e hospitalares;*
- c) Formulário de solicitação/ aviso de sinistro;*
- d) Boletim de ocorrência policial (se for o caso);*
- e) Em caso de Invalidez total/ permanente: Atestado de alta médica definitiva, informando as sequelas deixadas pelo acidente, discriminando cada órgão ou membros lesados, inclusive o percentual;*
- f) Em caso de morte, certidão de óbito, Cópia da Certidão de casamento (com data atualizada, ou seja, extraída após o óbito constando as devidas averbações); Cópia simples da certidão de*

nascimento do beneficiário (se menor de idade). Em se tratando de beneficiário com idade a partir de 16 anos, cópia simples do RG, CPF e comprovante de residência do beneficiário (quando maior de idade); Cópia do Laudo de Necropsia;

g) Documento de comprovação de vínculo com a Instituição (atestado de matrícula, declaração de atividade acadêmica – aluno visitante, entre outros).

5.7 Materiais a serem disponibilizados

5.7.1 Não há materiais a serem disponibilizados, pois o contrato será de prestação de serviços.

5.8 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

a) A apólice do seguro será coletiva, com emissão de certificado individual e nominal a cada um dos alunos segurados e a forma de custeio será não contributária.

b) O valor do contrato é estimativo e sofrerá variação mensal, pois dependerá do número de estudantes incluídos na apólice. A Contratada deve ficar ciente que o valor da nota fiscal mensal poderá variar, dependendo de inclusões e/ou exclusões de segurados na apólice.

c) A apólice do seguro coletivo e os certificados individuais deverão ser encaminhados para o endereço de e-mail seguro@ufpa.br com cópia aos Fiscais Técnicos do Contrato, bem como aos fiscais setoriais nos campi da UFPA fora da sede, se for o caso.

d) A Contratada prestará assistência em tempo integral, informando número telefônico e endereço de e-mail para contato e, também, designará, em horário comercial, um preposto da seguradora para contato direto com o Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Gestor do Contrato, tornando possível a comunicação entre o contratante e a contratada sempre que houver necessidade.

e) A Contratada deverá manter atualizado o número 0800 para registro de sinistro e informar, de imediato à Contratante, qualquer alteração que houver.

5.9 Da comunicação do sinistro

5.9.1 O registro do sinistro ocorrerá pelo(a) segurado(a) ou responsável deste(a), por meio do telefone 0800 fornecido pela seguradora ou, em última instância, por intermédio do Fiscal Técnico do Contrato, mediante formulário a ser fornecido pela contratada, quando não for possível o registro pelo próprio segurado ou seu responsável através dos canais convencionais de atendimento.

5.9.2 Não haverá prazo prescricional para o aviso de sinistro, salvo disposição contrária específica para determinada cobertura regulada pela Superintendência de Seguros Privados Susep, conforme estabelecido no Art. 51 da Resolução CNSP nº 117, de 2004.

5.10 Da liquidação dos sinistros

5.10.1 As indenizações de sinistro deverão ser pagas ao segurado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos necessários à seguradora, conforme determina o § 1º do Art. 48 da Circular SUSEP Nº 667, de 04 de julho de 2022, ou legislação que venha a substituí-la.

5.10.2 Poderá ser solicitado, no caso de dúvida fundada e justificável, outros documentos diferentes dos especificados no subitem 5.8.6 e/ou informações complementares. Neste caso, o prazo de que trata o subitem anterior será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

5.10.3 O valor mensal por segurado (preço unitário) será calculado com base na proposta final da vencedora da licitação.

5.10.4 O valor mensal das Faturas se dará pelo produto entre o preço unitário multiplicado pela quantidade de discentes segurados no mês de referência da Fatura.

5.10.5 O valor a ser pago está subordinado aos serviços efetivamente prestados, não ficando a UFPA obrigada ao pagamento do valor total aqui estimado, mas somente aos serviços devidamente prestados e executados pela Contratada.

5.10.6 Além das especificações neste item, a contratada deverá atender/ obedecer toda a legislação atinente ao setor de seguros privados no Brasil, em especial, a Resolução CNSP nº 117, de 2004, a Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005 e a Circular SUSEP nº 317, de 12 de janeiro de 2006.

5.10.7 O capital segurado deverá ser pago de acordo como artigo 792 do Código Civil:

a) aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

b) aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

c) ao cônjuge sobrevivente;

d) aos colaterais.

5.11 Especificação da garantia do serviço

5.11.1 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **15 (quinze)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.12 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.12.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 Gestão

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2 Preposto

6.2.1 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.2.2 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, porém este deve estar disponível em horário comercial, para contato telefônico e por e-mail, para atender às demandas relacionadas ao contrato.

6.2.3 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.3 Rotinas de Fiscalização

6.3.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou por seus respectivos substitutos, conforme descrito no item 5.3 deste TR.

6.4 Fiscalização Técnica

6.4.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.4.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.4.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.4.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.4.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.4.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.4.7 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, os procedimentos contidos no Item " Rotinas a serem cumpridas" do Item Modelo de Execução do Objeto, do presente TR.

6.4.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.4.9 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.5 Fiscalização Administrativa

6.5.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.5.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6 Gestor do Contrato

6.6.1 Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.7 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

6.7.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

6.7.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.7.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

6.7.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

6.7.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

6.7.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.7.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.7.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções nos termos Decreto 11.129/2022:

6.7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

6.7.3 Multa

a) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30%(trinta por cento).

b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

f) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

g) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

h) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

6.7.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.7.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.7.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.7.8 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.10 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

6.7.11 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

6.7.12 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.7.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.7.14 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.7.15 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.7.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.17 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 Medição do Resultado

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto no Anexo I.

7.1.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- a) não produziu os resultados acordados,
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 Do recebimento

7.2.1 **Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.2 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.6 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal de 30 dias ou coincidente ao mês-calendário

7.2.7 Ao final de cada período/evento de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.2.8 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.2.10 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.2.11 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.12 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.13 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.14 **Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- f) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- g) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- h) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3 Da Liquidação

7.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.3.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.3.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/ Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.3.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- c) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- d) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- e) Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- f) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4 Prazo de pagamento

7.4.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.4.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **SELIC** de correção monetária.

7.5 Forma de pagamento

7.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6 Cessão de crédito

7.6.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.6.2 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante

7.6.3 A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.6.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.6.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.6.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 Na fase de julgamentos, o licitante melhor classificado deverá apresentar a proposta atualizada alinhada ao seu melhor valor.

8.3 O licitante melhor classificado deverá apresentar uma proposta atualizada alinhada ao seu melhor valor.

8.4 O regime de execução do contrato será "empreitada por Preço Unitário."

8.5 Exigências de habilitação

8.5.1 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

a) Habilitação jurídica

- i. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- ii. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- iii. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor,->
- iv. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- v. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- vi. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- vii. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- viii. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- ix. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) Habilitação fiscal, social e trabalhista

- i. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- ii. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- iii. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- iv. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- v. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- vi. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- vii. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- viii. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c) Qualificação Econômico-Financeira

- i. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;
- ii. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- iii. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), cujas fórmulas constam no quadro abaixo:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II - Solvência Circulante); Geral Passivo Não Circulante) (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)

1. *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e*
2. *Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;*

- iv. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- v. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- vi. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

vii. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo II deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

- a) *a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*
- b) *caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.*
- c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

d) Qualificação Técnica

i. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (Anexo III).

ii. Certidão de regularidade perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em plena validade.

e) Qualificação Técnico-Operacional

- i. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- ii. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
 - a) *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*
 - b) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
 - c) Certidão de regularidade perante a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em plena válida.
 - d) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- iii. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- iv. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- v. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- vi. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- vii. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

f) Disposições gerais sobre habilitação

- i. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- ii. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- iii. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- iv. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- v. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

g) Documentação complementar para cooperativas

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- i. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- ii. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- iii. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- iv. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- v. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- vi. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 201.600,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ R\$ 0,84 (oitenta e quatro centavos) por vida, perfazendo o custo mensal máximo mensal de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais e o custo anual máximo de R\$ 201.600,00 (duzentos e um mil e seiscentos reais), e conforme custos unitários apostos na tabela contida no item **1.1** acima.

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/unidade: 156672;
- b) Fonte de recursos: 1000;
- c) Programa de trabalho: 230077;
- d) Elemento de despesa: 339039; e
- e) Plano interno: M01CWG0113N.

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MONICA DE SOUZA FIGUEIREDO

Membro da comissão de contratação

BRUNNA NEGRAO DA CONCEICAO

Membro da comissão de contratação

CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS PIRES

Membro da comissão de contratação

CESAR SANTANA ALVES DE QUEIROZ

Membro da comissão de contratação

CLEYTON RAIOL DE LIMA

Membro da comissão de contratação

EDILSON DOS PASSOS NERI JUNIOR

Membro da comissão de contratação

EUCLIDES EDUARDO GRAIM DE MATOS

Membro da comissão de contratação

RENATO MACEDO CORDEIRO

Membro da comissão de contratação

TARIK COELHO ALVES

Membro da comissão de contratação

WERLLEM VALENTE RODRIGUES DANTAS

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos TR - Seguro de vida.pdf (198.52 KB)

ANEXO I - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. Fica instituído, como parte integrante do contrato celebrado, o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.
2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita pela equipe de gestão e fiscalização do contrato, por meio de mensuração mensal, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.
3. As situações abrangidas pelo presente instrumento se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
4. As tabelas abaixo descrevem os critérios e os mecanismos de cálculo do pagamento da CONTRATADA:

INDICADOR 1 – CUMPRIMENTO DE PRAZOS	
ITEM	DEFINIÇÃO
FINALIDADE	Garantir o cumprimento dos prazos estipulados no contrato, estabelecidos pela CONTRATANTE
META A CUMPRIR	100% de indenizações de sinistros pagas ao segurado no prazo de 30 (trinta) dias (conforme legislação) contados a partir da entrega de todos os documentos necessários à seguradora pelo segurado.
FORMA DE MEDIÇÃO	Medição feita pela Fiscalização do Contrato a partir de relatório de acionamento dos seguros emitido pela seguradora. Este relatório deve incluir a data do acionamento pelo segurado e a data do efetivo depósito da indenização em conta.
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO	Mensal
CÁLCULO	Quantidade de ocorrências de descumprimento de prazos no mês
INÍCIO DA VIGÊNCIA	Data da Assinatura do contrato
GLOSAS	Até 1 ocorrência no mês = 0,50% do valor da medição mensal De 2 a 3 Ocorrências no mês = 1% do valor da medição mensal Acima de 3 ocorrências ou mais no mês = 2% do valor da medição mensal
SANÇÕES CONTRATUAIS	Conforme previsto em contrato
OBSERVAÇÕES	

INDICADOR 2 – TEMPO-RESPOSTA NA EMISSÃO DAS APÓLICES	
ITEM	DEFINIÇÃO
FINALIDADE	Mitigar o risco de ocorrências de atraso na emissão dos certificados do seguro, garantindo a cobertura adequada aos discentes da UFPA
META A CUMPRIR	2 dias úteis a partir da data de solicitação
FORMA DE MEDIÇÃO	Contagem do prazo a partir da demanda por registro eletrônico (e-mail)
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO	Mensal
CÁLCULO	Quantidade de ocorrências de descumprimento de prazos no mês, a partir da conferência do prazo registrada por e-mail entre CONTRATANTE e CONTRATADA.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	Data da Assinatura do contrato
GLOSAS	Sem atrasos = nenhum desconto Até 1 a 2 ocorrência de emissões com atraso no mês = 0,50% do valor da medição mensal
	De 3 a 4 ocorrências de emissões com atraso no mês = 1% do valor da medição mensal 5 ou mais ocorrências de emissões com atraso no mês = 2% do valor da medição mensal
SANÇÕES CONTRATUAIS	Conforme previsto em contrato
OBSERVAÇÕES	

INDICADOR 3 – TEMPO-RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
ITEM	DEFINIÇÃO
FINALIDADE	Mensurar o atendimento às solicitações demandadas pela equipe de fiscalização em todos os itens de execução do contrato, dentro de um tempo aceitável
META A CUMPRIR	2 dias úteis a partir da data de solicitação
FORMA DE MEDIÇÃO	Contagem do prazo a partir da demanda por registro eletrônico (e-mail)
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO	Mensal
CÁLCULO	Quantidade de ocorrências de descumprimento de prazos no mês, a partir da conferência do prazo registrada por e-mail entre CONTRATANTE e CONTRATADA.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	Data da Assinatura do contrato
GLOSAS	Sem atrasos = nenhum desconto Até 1 a 2 ocorrência de atraso no mês = 0,50% do valor da medição mensal De 3 a 4 ocorrências no mês = 1% do valor da medição mensal 5 ou mais ocorrências no mês = 2% do valor da medição mensal
SANÇÕES CONTRATUAIS	Conforme previsto em contrato
OBSERVAÇÕES	

5. As pontuações relativas à aferição da qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme tabela abaixo:

INDICADOR	GLOSAS	RESULTADO
1 – CUMPRIMENTO DE PRAZOS	Até 1 ocorrência no mês = 0,50% do valor da medição mensal	
	De 2 a 3 Ocorrências no mês = 1% do valor da medição mensal	
	Acima de 3 ocorrências ou mais no mês = 2% do valor da medição mensal	
2 – TEMPO-RESPOSTA NA EMISSÃO DAS APÓLICES	Até 1 a 2 ocorrência de emissões com atraso no mês = 0,50% do valor da medição mensal	
	De 3 a 4 ocorrências de emissões com atraso no mês = 1% do valor da medição mensal	
	5 ou mais ocorrências de emissões com atraso no mês = 2% do valor da medição mensal	
3 – TEMPO-RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	Até 1 a 2 ocorrência de atraso no mês = 0,50% do valor da medição mensal	
	De 3 a 4 ocorrências no mês = 1% do valor da medição mensal	
	5 ou mais ocorrências no mês = 2% do valor da medição mensal	
TOTAL DA GLOSA	INDICADOR 1 + INDICADOR 2 + INDICADOR 3	

**ANEXO II - DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL, QUE
ATESTA O ATENDIMENTO PELO LICITANTE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS PREVISTOS NESTE
TERMO DE REFERÊNCIA/EDITAL**

Nome completo: _____
CRC nº: _____ CPF nº: _____ **DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar da Dispensa/Pregão nº _____, Processo nº _____, atende os índices econômicos previstos neste edital/termo de referência e nos termos do §1º do art. 69 da Lei 14.133/2021 maiores que 1 (um) abaixo citados:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG)
- b) Solvência Geral (SG)
- c) Liquidez Corrente (LC)
- d) Capital social mínimo **ou** patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta inicial.

Declaro, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independentemente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Declaro, por fim, que tomo ciência, neste ato, de toda a legislação mencionada acima.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

(Local e data).

(Nome/assinatura profissional da área contábil)

Anexo: Certidão de Habilitação Profissional conforme RESOLUÇÃO CFC N.º 1.637, de 7 de outubro de 2021

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20 , bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2025 - PROAD (11.69)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:35)

BRUNNA NEGRAO DA CONCEICAO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

PROAD (11.69)

Matrícula: ###877#9

(Assinado digitalmente em 31/03/2025 14:29)

CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS PIRES

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

REITORIA (11.01)

Matrícula: ###343#9

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:30)

CESAR SANTANA ALVES DE QUEIROZ

ADMINISTRADOR

PROAD (11.69)

Matrícula: ###107#1

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:27)

EDILSON DOS PASSOS NERI JUNIOR

DIRETOR(A) DE ESCOLA - TITULAR

NPI (11.26)

Matrícula: ###323#9

(Assinado digitalmente em 28/03/2025 14:41)

EUCLIDES EDUARDO GRAIM DE MATOS

COORDENADOR(A) - TITULAR

COFIN (11.70.03.05)

Matrícula: ###490#9

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:54)

MONICA DE SOUZA FIGUEIREDO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DO NOVO CONTRATO DE SEGURO DE
VIDA - PORTARIA Nº 3493/2024

PROAD (11.69)

Matrícula: ###838#8

(Assinado digitalmente em 28/03/2025 15:15)

RENATO MACEDO CORDEIRO

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

PROEG (11.70)

Matrícula: ###272#5

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:30)

TARIK COELHO ALVES

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

ETDUFPA (11.31.06)

Matrícula: ###297#5

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 14:17)

WERLLEM VALENTE RODRIGUES DANTAS

ADMINISTRADOR

PROPESP (11.72)

Matrícula: ###356#2

(Assinado digitalmente em 27/03/2025 11:23)

CLEYTON RAIOL DE LIMA

TERCEIRIZADO

CPF: ###.###.742-##